



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DA VITÓRIA**

FÁBIO RAÍ BERNARDO HENTRINGER

**ENSINO REMOTO EM TEMPOS DE PANDEMIA: quais as consequências para o
trabalho docente na Educação Básica?**

**VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
2021**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

FÁBIO RAÍ BERNARDO HENTRINGER

ENSINO REMOTO EM TEMPOS DE PANDEMIA: quais as consequências para o trabalho docente na Educação Básica?

TCC apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória, como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Marco Fidalgo
Coorientador: Hugo Felipe Tavares Ramos.

**VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
2021**

Catálogo na Fonte
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFPE. Biblioteca Setorial do CAV.
Bibliotecária Jaciane Freire Santana, CRB4/2018

H527e Hentringer, Fábio Raí Bernardo.
Ensino remoto em tempos de pandemia: quais as consequências para o trabalho docente na Educação Básica? / Fábio Raí Bernardo Hentringer. - Vitória de Santo Antão, 2021.
44 folhas; il.

Orientador: Marco Antônio Fidalgo Amorim.
Coorientador: Hugo Felipe Tavares Ramos.
TCC (Licenciatura em Educação Física) - Universidade Federal de Pernambuco, CAV, Licenciatura em em Educação Física, 2021.
Inclui referências.

1. Ensino remoto. 2. Condições de trabalho docente. 3. COVID-19.
4. Educação básica. I. Amorim, Marco Antônio Fidalgo (Orientador).
II. Ramos, Hugo Felipe Tavares (Coorientador). III. Título.

370 CDD (23.ed.)

BIBCAV/UFPE - 150/2021

FÁBIO RAÍ BERNADO HENTRINGER

ENSINO REMOTO EM TEMPOS DE PANDEMIA: quais as consequências para o trabalho docente na Educação Básica?

TCC apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória, como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Aprovado em: 20/08/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr. Marco Antônio Fidalgo Amorim (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Ma. Thamyrys Fernanda Cândido (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Luís Felipe da Silva (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico este trabalho, com todo carinho e solidariedade, as vidas que foram perdidas em meio à pandemia da covid-19. Em especial ao meu querido Antônio Luiz, o qual sempre se dedicou a cuidar de mim e minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por sempre abençoar e iluminar minha vida;

Ao meu eterno pai, Domingos Pascoal, por ser minha fonte de inspiração e reflexo do que sou hoje, foi uma honra partilhar um pouco dessa vida contigo;

A minha mãe, Maria José, por seu infinito amor e por sempre lutar por mim, mesmo quando tudo parecia estar perdido, a ti dedico minha vida;

A minha irmã, Ione Hentringer, que sempre esteve comigo durante os percursos da minha vida, agradeço por nunca soltar minha mão;

A minha querida companheira Luana Gabriellen, por seguir e construir comigo essas lutas todos os dias, obrigado por tudo meu amor;

Ao inesquecível Antônio Luiz, que foi mais um pai para mim, agradeço por cuidar da minha família e levo essa saudade aqui comigo;

A meu professor, orientador e amigo Marco Fidalgo, por acreditar em mais um sonho e por possibilitar os caminhos para minha formação acadêmica, humana e política, a ti retribuo toda admiração, orgulho, amor e carinho;

Aos meus companheiros e companheiras do CoRE, por partilharem esse espaço de formação e luta, aqui construí uma família também, meu muito obrigado a Williane Nayara e Thamyrys Fernanda, por desde o início acreditarem em mim e serem exemplos de muita luta e força na minha caminhada.

Agradeço também a Alex Gibson, Alisson Custódio, Luís Felipe, Hugo Felipe, José Rinaldo, Rafael Gomes e Renan Coelho, que me acompanharam por todo esse caminho, obrigado por sempre ombrearem comigo na luta e na vida. E aos que continuam construindo a história desse coletivo, meu muito obrigado.

Por fim, agradeço a todos que contribuíram e contribuem em minha vida, com toda certeza foram imprescindíveis em cada momento, levo todos vocês em meu coração.

“[...]Não existe neutralidade possível:
o intelectual deve optar entre o
compromisso com os exploradores ou
com os explorados”
(FLORESTAN FERNANDES, 1986).

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo analisar o processo do Ensino Remoto no contexto pandêmico, visando compreender seus desdobramentos para o trabalho docente na Educação Básica. Sendo assim, a metodologia utilizada parte de uma pesquisa bibliográfica, na qual foi desenvolvida uma revisão sistemática em revistas, periódicos e no repositório institucional da UFPE. Para análise e interpretação dos dados dos achados, adotamos o método da Análise de Conteúdo. Diante disso, os resultados dos achados permitiram identificar as repercussões do ensino remoto no contexto pandêmico do novo coronavírus, o isolamento social em decorrência da pandemia comprometeu a rotina de milhões famílias em todo o mundo. Como foi apontado nos estudos a implementação do ensino remoto abarcou de forma aligeirada esse “novo normal”. Constatou-se o aumento da desigualdade no globo, principalmente nos países periféricos, como o caso do Brasil o acesso é fragmentado. Além disso, em relação ao trabalho docente, foi possível identificar a elevação da exploração docente por meio da utilização do ensino remoto, no qual vem acarretando a corrosão dos direitos trabalhistas. A ideia da democratização e expansão do acesso, acaba caindo por terra quando estabelece as relações de disputas e competições, sobre a face da meritocracia. Por fim, para romper o projeto em curso no Brasil mediada pela utilização das Tecnologias Informação e Comunicação – TICs, fragmentada, aligeirada e cada vez mais privatizada, deve ser amplamente discutido pelas camadas populares para garantia de melhores condições de acesso à educação.

Palavras-chave: ensino remoto; trabalho docente; pandemia de COVID-19.

ABSTRACT

The present research aimed to analyze the Remote Teaching process in the pandemic context, aiming to understand its consequences for the teaching work in Basic Education. Thus, the methodology used is part of a bibliographical research, in which a systematic review was developed in journals, periodicals and in the institutional repository of UFPE. For analysis and interpretation of data from the findings, we adopted the Content Analysis method. Therefore, the results of the findings allowed us to identify the repercussions of remote education in the pandemic context of the new coronavirus, the social isolation resulting from the pandemic compromised the routine of millions of families around the world. As pointed out in the studies, the implementation of remote education has lightly covered this 'new normal'. There was an increase in inequality across the globe, especially in peripheral countries, as in the case of Brazil, access is fragmented. In addition, in relation to teaching work, it was possible to identify the increase in teacher exploitation through the use of remote teaching, which has been causing the erosion of labor rights. The idea of democratization and expansion of access ends up falling to the ground when it establishes relations of disputes and competitions, on the face of meritocracy. Finally, to break the current project in Brazil mediated by the use of Information and Communication Technologies – ICTs, fragmented, lightened and increasingly privatized, it should be widely discussed by the popular layers to guarantee better conditions of access to education.

Keywords: Remote Teaching; Teaching work; COVID-19 pandemic.

LISTA DE ABREVIATÖES

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CNTE - Confederaçãõ Nacional dos Trabalhadores em Educaçãõ

Colemarx - Coletivo de Estudos em Marxismo e Educaçãõ

CONASS - Conselho Nacional de Secretários de Saúde

EaD - Educaçãõ a Distância

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educaçãõ

RBE - Revista Brasileira em Educaçãõ

RBPAE - Revista Brasileira de Política e Administraçãõ da Educaçãõ

RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade

UNESCO - Organizaçãõ das Nações Unidas para a Educaçãõ, a Ciênciã e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
2.1 <i>Trabalho e educação: diálogos e (des)conexões</i>	<i>17</i>
2.2 <i>O mito do discurso: a falácia do ensino remoto.....</i>	<i>20</i>
3 OBJETIVOS.....	24
4 METODOLOGIA	25
5 RESULTADOS.....	28
5.1 <i>A Educação Básica em tempos de pandemia: o que dizem os autores?</i>	<i>31</i>
5.2 <i>Perspectivas do trabalho docente no Brasil: as faces de uma tragédia</i>	<i>33</i>
6 CONCLUSÃO	39
REFERÊNCIAS.....	41

1 INTRODUÇÃO

A crise sanitária global, acarretada pela pandemia da covid-19 (SARS-CoV-2), deixa marcado a história da humanidade sob um contexto de extrema complexidade e caos. Atualmente, vivemos uma crise econômica, política e social, alinhados a expressiva tragédia pandêmica que assola o planeta, colocando em evidência inúmeros processos que constituem a realidade social na atual conjuntura, com altíssimos índices globais de mortalidade e o crescimento desenfreado da miséria e da pobreza no mundo (ANTUNES, 2020).

Nos países periféricos esses processos se intensificam ainda mais, como é o caso do Brasil, considerado um dos campeões dessa calamidade e chegando a um grau de destruição, exploração e desumanização ainda maior. De acordo com o Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS, o número de mortos pelo coronavírus no Brasil em 2021 ultrapassa o número total do ano anterior, sendo 361.311 mortes confirmadas até 30 de julho deste ano, superando os 194.949 registrados em 2020. Além disso, essa nova dinâmica social reflete a barbárie do capitalismo destrutivo que, via espoliação, vem aterrorizando as camadas populares, deixando em xeque as condições de existência e aguçando cada vez mais a doutrina hegemônica neoliberal (FRIGOTTO, 2021).

Nestas condições, a classe trabalhadora sofre com formas ilimitadas de exploração e precarização, sendo subalternizada pela retirada sistemática de direitos sociais conquistados historicamente, como o rebaixamento salarial e a elevação da exploração e das taxas de desemprego, o que tem escancarado de forma assustadora as profundas desigualdades sociais que fazem parte do “novo normal” (MOTTA et al, 2021). Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o número de desempregados chegou a 14,3 milhões neste ano, registrando recorde se comparado ao ano passado, que foi de 11,9 milhões. Sob o mesmo ponto de vista, o rastro da fome alcança 39,9 milhões de pessoas pelo país, que se encontram na extrema pobreza e desprotegidos da doença (BRASIL, 2020). Para Antunes (2020), o capitalismo pandêmico escancara as contradições entre as classes sociais em uma dinâmica brutal, no qual se têm por um lado a

burguesia com seus privilégios e do outro a classe-que-vive-do-trabalho na luta pela sobrevivência.

Com efeito, a distribuição desigual dos impactos da crise, não apenas radicalizou as disparidades sociais, como também alimentou soluções regressivas por toda parte. As transformações no mundo do trabalho refletem a reestruturação produtiva em escala global caracterizada pela nova morfologia da classe trabalhadora, constituída por trabalhadores informais, terceirizados, empreendedores de si (ANTUNES, 2018; BRAGA, 2017). E que agora, com o isolamento social, encontram-se ainda mais precarizados e expropriados de seus direitos, tornando o trabalho cada vez mais escasso, desigual e intermitente.

No Brasil, foi a partir dos anos 1990, com a consolidação do neoliberalismo, intensificou o processo de reestruturação produtiva do capital, levando as empresas a adotar novos padrões organizacionais e tecnológicos, tendo como consequências a informalidade, a precarização e a flexibilização da classe trabalhadora. Para Castelo (2020) o Brasil está à face de uma hegemonia rentista, com inclinação neoliberal e capitalismo dependente, no qual convergem na manutenção das velhas estruturas aos interesses blindados da classe burguesa, provocando a disseminação de políticas de austeridade, marcadas por contrarreformas em diferentes setores da sociedade.

Diante disso, podemos compreender que o momento histórico atual, reedita e amplia os processos que antecedem a pandemia, como foi o golpe de estado em 2016 e as contrarreformas trabalhista, previdenciária e da educação, e que, somados a isso, caracterizam uma política de desmonte em tempos de retrocesso (MOTTA; LEHER, 2017). Em nosso país, especialmente nesses últimos cinco anos, ocorreu a intensificação das expropriações dos trabalhadores, através da regulamentação da Lei da Terceirização Lei nº 13.429/2017 e a Emenda Constitucional nº 103 de 2019, que consolidou práticas totalmente desprovidas de direitos.

No caso da educação, o impacto frente essas políticas antidemocráticas, de espoliação e expropriação, acarretam reformas educacionais, que se difundem do centro à periferia, no chamado movimento de *top-down* – de cima para baixo. No

Brasil essas reformas apresentam os termos propostos pela LDB de 96, que enfatizou a elaboração Plano Nacional da Educação no ano de 2001, dando maior valorização do Ensino Profissionalizante, gestão democrática e inclusão da educação a distância. Desta forma, a reforma empresarial da educação, materializa-se pela perpetuação de um *status quo* modernizado em conformidade com os interesses do mercado, cuja o objetivo é garantir uma concepção de educação e sociedade para a competitividade e o domínio de competências que são próprias da sociedade capitalista (FREITAS, 2018). A representação da educação trazida pelo neoliberalismo remonta o papel de um mercado de negócios que se assemelha a uma empresa, incentivando a competição, o gerencialismo e o individualismo, fazendo da educação uma mera mercadoria que deve ser vendida a todo custo. (FREITAS, 2018; CHAÚÍ, 2018; LAVAL, 2019).

Partindo desse entendimento, pode-se identificar um período de grande inflexão na educação brasileira, guiados pelo crescente debate sobre a centralidade da formação para o trabalho, a introdução da tecnologia no campo das plataformas e da implementação da Educação a Distância (EaD), a padronização e aceleração das reformas educativas e a consonante transformação da educação como projeto mercadológico do grande capital (LEHER, 2020).

Em se tratando da EaD, é destaque que essa modalidade não é nenhuma novidade para educação brasileira, no qual vem cumprindo o papel de ofertar uma formação desqualificada e aligeirada para classe trabalhadora (ANDES-SN,2020). Seguindo o percurso histórico de sua implementação, foi na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nº 9.394/96, que construiu o fundamento legal para sua consolidação. Já enunciava em seu art.80, a possibilidade de implementar e desenvolver programas de ensino a distância, em todos níveis e modalidades de ensino, como também na educação continuada (BRASIL, 1996).

No ano de 2005 ocorre a regulamentação do decreto de lei Nº 9.057/2005, que fundamenta o Art.1, definindo a educação a distância enquanto modalidade educacional, considerando a mediação didático pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem através do uso de meios e tecnologias de informação e comunicação. Essas atividades educativas seriam desenvolvidas em lugares e tempos diversos por estudantes e professores. Em relação a educação básica, o

Art.30 propõe às instituições credenciadas para a oferta de educação a distância no ensino fundamental e ensino médio, respeitando exclusivamente alguns elementos, como a complementação de aprendizagem e situações de emergenciais, podendo solicitar autorização junto aos órgãos normativos dos referidos sistemas de ensino (BRASIL, 2017).

No tocante à oferta de cursos na modalidade a distância na educação básica, o decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017, deixa claro em seu Art.8, que o ensino médio dispõe da organização por parte das autoridades dos sistemas de ensino estaduais, municipais e distrital, no âmbito da unidade federativa, para autorização de seu funcionamento e seguindo os termos do § 11 do art. 36 da Lei nº 9.394, de 1996.

§ 11. Para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento, mediante as seguintes formas de comprovação (BRASIL, 2017).

Atualmente essa modalidade não-presencial de ensino se torna cada vez mais comum, até mesmo nos centros urbanos, no qual concentra um grande número de escolas. Desse modo, os documentos oficiais expressam a legitimação dos interesses privatistas. O projeto privatista para educação vem sendo construído desde a década de 1990, impulsionado pelo Consenso de Washington que consolida a dominação neoliberal através de reformas e políticas consideradas necessárias para América Latina, as quais vêm sendo orientadas por organismos multilaterais, como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional – FMI (SAVIANI, 2014).

Ao longo das últimas três décadas, a agenda neoliberal potencializou a expansão do EaD no Brasil, em um discurso ligado a democratização do acesso as camadas populares menos favorecidas. Entretanto, o que vemos são apenas palavras, a fim de mascarar as contradições existentes. Para o Andes-SN (2020), o novo contexto, coloca em evidencia uma lógica permanente que escancara por um lado a Educação a Distância presente nos documentos oficiais, no qual destitui a educação do seu sentido mais amplo, e por outro lado, temos o ensino a distância, abarcado no contexto da pandemia pela nova nomenclatura do ensino remoto. Assim, “ensino remoto” é resultado da digitalização das aulas presenciais em

decorrência do isolamento social, caracterizando assim as atividades síncronas e assíncronas que meramente permitem, sem nenhuma estrutura e apoio pedagógico a transposição de aulas presenciais para virtuais. Nesse sentido, a preocupação com a questão da inclusão social e da igualdade de acesso, como garantia da qualidade da educacional, tornam-se questões secundárias e são convertidas meramente em problemas técnicos, o Andes -SN também aponta que:

Desde o início da pandemia, muitas instituições que tinham uma trajetória marcada pela realização de atividades presenciais de ensino e não tinham qualquer experiência sistemática com EaD passaram a utilizar as chamadas ferramentas síncronas de EaD. Essas começaram a ser usadas para cumprir as obrigações escolares ou oferecer cursos livres. Isto é, a aplicação dessas ferramentas não transformou as instituições de ensino presencial em instituições de EaD, mas, sem dúvida, forçou-as a utilizá-lo de forma apressada, sem o manejo adequado e reproduzindo desigualdades estruturais na história do país. (ANDES-SN, 2020 p.14).

Na esfera da educação básica, a escola pública vem sofrendo forte ataque, são propagadas soluções regressivas por toda parte pelos agentes do capital que consideram a crise enquanto momentos de “oportunidades”. Não à toa, a Coalizão Global da Educação, conduzida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e propalada por organismos supranacionais (Banco Mundial e Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e por grupos empresariais (*Khan Academy*, Fundação Lemann, Fundação Valhalla, *Bank of America*, *Google*, a empresa de telefonia AT&T e a indústria farmacêutica Novartis), coloca na esteira o modelo de educação e escola que vem sendo defendido há muito tempo pela agenda neoliberal (COLEMARX, 2020).

Em concordância a isto, o Todos pela Educação¹ vem enfatizando a necessidade de pautar a educação a todo custo. Com isso, no ano de 2020 foi elaborado um relatório anual de acompanhamento da educação, onde foi realizado um balanço com relação aos avanços e retrocessos na qualidade educacional. O Relatório Anual de Acompanhamento do Educação Já!² Mostra a desaceleração das agendas que estavam em andamento, como a implementação da Base Nacional

¹ Todos pela Educação é uma organização sem fins lucrativos composta por diversos setores da sociedade brasileira e liderada por empresários com o objetivo de assegurar o direito à educação básica, mas na verdade se propõe a defender os interesses da agenda reformista burguesa.

² Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/07/primeiro-relatorio-educacao-ja.pdf> Acesso em: 11 de maio de 2021.

Comum Curricular (BNCC) do Novo Ensino Médio e medidas voltadas para a profissionalização da carreira e da formação docente. O que percebe-se é o aprofundamento das políticas neoliberais, alavancadas pelo atual desgoverno Bolsonaro, onde os interesses do mercado são priorizados. Sendo assim, a educação básica no atual governo sofreu com cortes e bloqueios orçamentários. Conforme o decreto nº 10.686³, de 22 de abril de 2021, foram 2,7 bilhões bloqueados, o equivalente a 30% do total bloqueado para o Ministério da Educação, que prejudicou milhares de estudantes. Nesses moldes, vem se expandindo “a tendência do processo de conversão da educação em mercadoria, na esteira da privatização que implica sempre a busca da redução dos custos, visando ao aumento dos lucros” (SAVIANI; GALVÃO, 2020 p.39).

Frente ao colocado, o presente trabalho justifica-se pela necessidade de investigação dos fenômenos que constituem o ensino remoto no cenário do “novo normal” reverberando nas condições do trabalho docente na educação básica. Com isso, questionamos quais os impactos do ensino remoto para o trabalho docente no contexto do ensino básico brasileiro? O objetivo geral desse trabalho é analisar as repercussões do ensino remoto no contexto pandêmico, visando compreender seus desdobramentos para o trabalho docente na Educação Básica. Em relação aos objetivos específicos temos: identificar as desigualdades de acesso no uso das tecnologias pelos professores e alunos do ensino básico; analisar os fundamentos sociais, econômicos e políticos que determinam a política educacional voltada ao ensino remoto; investigar os impactos do ensino remoto sobre o trabalho docente.

³ Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.686-de-22-de-abril-de-2021-315705878> Acesso em: 15 de maio de 2021.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Trabalho e educação: diálogos e (des)conexões

Considerando os fundamentos ontológico-históricos da relação trabalho-educação, no qual os fundamentos ontológicos partem da compreensão do ser do homem e que se interligam pela ação produzida e desenvolvida pelos próprios homens que traduzem os fundamentos históricos ao longo do tempo (SAVIANI, 2007). Passamos a analisar os processos que manifestam as diferentes formas de organização da sociedade ao longo do tempo, assim como os sentidos e significados que se traduzem. Nesse sentido, o olhar crítico sobre o passado, amplia as interlocuções das relações humanas atuais em seus processos transitórios e históricos. Nos primórdios da humanidade, a relação do homem com a natureza, a fim de modificar e transformar, garantiu de forma imediata as condições de existência necessárias para sua própria sobrevivência e em seu decorrer possibilitou o desenvolvimento das civilizações humanas. Sendo assim, esse processo constitui o trabalho enquanto fundante dos seres humanos e, portanto, a transformação da própria natureza do homem (SAVIANI, 2007; PEGTHER; FRIZZO, 2010). A educação, não obstante dessa realidade, materializa-se também na origem do homem, pois o processo de formação coincide com o ato real e intencional de produzir a vida (SAVIANI, 2007). Ainda de acordo com o autor:

[...] no ponto de partida a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade. Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações (SAVIANI, 2007, p.174).

Ao passar do tempo essas relações se complexificam e trazem consigo o aperfeiçoamento das técnicas e o desenvolvimento dos modos de produção, possibilitando aos homens, produzir além de suas necessidades. “Nas épocas anteriores da história, em quase todos os lugares, encontramos sociedades estruturadas em vários segmentos, em uma hierarquia diferenciada das posições dos indivíduos” (MARX; ENGELS, 2008 p.11). Muda-se então a dinâmica da produção e reprodução da vida, o elo fundamental que unia o trabalho e a educação nas sociedades primitivas é rompido pela consequente divisão do trabalho e o

surgimento da propriedade privada dos meios de produção, devido a isto, surge neste tempo histórico a divisão de classes, marcada pela exploração do homem pelo homem.

Desta forma, com o aprofundamento da divisão do trabalho, a relação trabalho-educação é dicotomizada e assume os sentidos das classes dominadoras/dirigentes. A partir do surgimento da propriedade privada, constitui-se a classe dos proprietários e dos não-proprietários, na qual a primeira não trabalha, apropriando-se do produto produzido pela segunda que é explorada (LESSA; TONET, 2011). A educação também assume função diametralmente oposta, uma vez que é garantida aos dominantes, excluindo os dominados. Para Marx e Engels (2008, p.10), “a história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classes”, as primeiras sociedades baseadas na exploração do homem pelo homem foram as escravistas e asiáticas, assim foram criados novos complexos sociais, dentre eles, o estado e o direito como instrumentos repressivos de controle da sociedade, possibilitando a exploração dos trabalhadores (escravos) pela classe dominante (senhores). Além disso, ocorreu um lento desenvolvimento das forças produtivas e para enriquecerem cada vez mais, se tinha o aumento de escravos, o que consolidou a construção dos impérios. Entretanto, com esse crescimento do número de escravos o império não conseguiu manter o controle, fazendo com que ocorresse a crise do escravismo e conseqüentemente seu desaparecimento. (LESSA; TONET, 2011; MARX; ENGELS, 2008).

No feudalismo, a produção se deu de forma autossuficiente nos feudos pelos servos, que por sua vez tinha direito a uma pequena parte da produção e possuíam também suas próprias ferramentas. O senhor feudal ficava com a maior parte da produção uma vez que era proprietário da terra e responsável pela proteção do feudo. Esse contexto, fez a produção aumentar assim como o desenvolvimento das técnicas, possibilitou o ressurgimento do comércio e por conseguinte, o aparecimento da classe burguesa. Sendo assim, com o decorrer da história, a classe burguesa revolucionou as sociedades feudais e a própria economia, caracterizado pela passagem da revolução industrial que colou agora uma nova divisão entre burgueses e proletários. A sociedade capitalista, frente aos outros modos de produção, expressa o desprezo absoluto sobre a classe trabalhadora, reduzindo a

força de trabalho a mera mercadoria, ou seja, entre em cena o individualismo burguês e destruição da própria coletividade (LESSA; TONET, 2011).

Passamos agora a analisar o caráter alienado que o trabalho e a educação assumem no modo de produção capitalista. A sociedade burguesa, como nos traz Dardot e Laval (2017), tende a acirrar essas disparidades de forma aguda, o desenvolvimento do modo de produção capitalista se constrói sob o escombros da miséria e morte de muitas vidas, transformando tudo em mercadoria. Nesse contexto, a crise do trabalho no mundo capitalista é caracterizada por uma mudança adaptável e permanente. Portanto, na sociedade do capital “o trabalho humano não pertence ao homem que o produz, pertence a quem compra a força de trabalho e o capitalista (dono dos meios de produção) torna-se proprietário do trabalho do trabalhador” (PERGHER; FRIZZO, 2010 p.4).

Essas metamorfoses no mundo do trabalho, no contexto brasileiro, marcam uma fase do capitalismo ainda mais agressiva, pautada pela desregulamentação das relações de trabalho que vem se expandindo de forma global – especialmente na periferia do sistema – por meio de formas de precarização que têm se alastrado, inclusive, para o setor público, atentando contra a sociedade, contra os direitos sociais e trabalhistas’ (SILVA, 2020 p.2).

O trabalho na sociedade capitalista vem sendo revestido de um ideário reestruturaste, assim, em sua face mais destrutiva, temos a nova morfologia no mundo do trabalho, no qual coloca a classe trabalhadora em um patamar de exploração ainda maior. Entramos agora, na era do privilegio da servidão, que aos moldes da indústria 4.0, batizada na 4ª Revolução Industrial, é caracterizado pela automação e troca de dados, bem como as etapas de produção e os modelos de negócios, por meio do uso de máquinas e computadores, submetendo os trabalhadores a diferentes modalidades de trabalho precarizado, como, "empreendedores", "zerados", "uberizados", "pejotizados", "intermitentes", "flexíveis", entre outros (ANTUNES, 2018). O precariado, assim como destacou Ruy Braga (2017) é constituído de um movimento desigual e combinado, o precariado é constituído pela parcela, que oscila entre a exploração econômica e o desemprego.

A crise contemporânea marca o fio condutor sobre o movimento de expansão capitalista em escala global, em seu metabolismo, define e aguça a extração de mais-valor, conseqüentemente, modelando as funções ocupadas pela classe

trabalhadora expropriada exponencialmente (FONTES, 2017). As mudanças econômicas e políticas que se operam no padrão de acumulação capitalista nas últimas décadas do século XX e seus desdobramentos no século XXI, (re)configuram as bases da política educacional.

Em se tratando da educação na sociedade capitalista, as práticas educacionais devem cumprir de forma vital suas funções de manutenção, estabelecendo plena conexão com a ordem estabelecida e mantendo intactas as determinações estruturais de reprodução da sociedade (MEZÁROS, 2008). Entretanto, se faz necessário pensar a educação longe da lógica formal de educação. No livro *Escola e Democracia*, a educação dialética expressa o primado da política, que caracteriza as sociedades de classe, e por sua vez, determinam a subordinação real da educação à prática política (SAVIANI, 2012). Nesse sentido, trazendo o contexto da educação brasileira à face do neoliberalismo, temos nos últimos anos um cenário marcado por tendências positivistas, que incorporam o “modelo civilizatório” e institui um parâmetro de verdade, de ciência, de comportamento individual, etc., sendo atribuído à escola através das políticas educacionais, como o processo de privatização das escolas via terceirização, colocando a gestão da escola à mercê dos interesses do mercado (BONETTI, 2014).

Sendo assim, a educação cumpre o papel reprodução social, no qual professores, são alienados e cabem, assim como os alunos, e o sistema por sua vez coloca à margem desses processos. Trata-se aqui modelar o tipo de sujeito que atenda a estrutura hegemônica, ou melhor, que reforce seus ideais. Considera-se que a sociedade capitalista tem o interesse apenas na preservação de seu domínio, portanto acionará seus mecanismos de adaptação (SAVIANI, 2012).

2.2 O mito do discurso: a falácia do ensino remoto

A pandemia do novo coronavírus impõe uma drástica realidade para sociedade, juntando-se aos efeitos catastróficos sofridos anteriormente pelos impactos da crise econômica e social. Com o isolamento social, inúmeras medidas foram adotadas, para educação esse contexto vem sendo influenciado pelos grupos elitistas que através do Todos Pela Educação, que propaga, sistematiza e difunde pelo país a contrarreforma mundial da educação. Além disso, a Coalizão Mundial

Pela Educação, destaca os interesses dos organismos internacionais que se relaciona as organizações brasileiras, como a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Isso permitiu a ampliação do vocabulário das políticas neoliberais, ligado a narrativas que desnudam a realidade por inúmeras falácias (FRIGOTTO, 2021).

O discurso da sociedade tecnológica penetra o campo educacional brasileiro, impulsionando políticas antidemocráticas contra a classe trabalhadora. Sendo assim, a responsabilidade sobre a educação básica brasileira é influenciada pelos grupos empresariais, como principais articuladores para conduzir a educação na pandemia e acabou fomentando o ensino remoto como única saída para crise educacional.

O acesso à internet no Brasil, também se dá de forma desigual, conforme os dados da pesquisa TICs domicílios 2019⁴, são registrados 20 milhões de domicílios que tem a ausência de internet. Com a redução do uso do computador nos ambientes domésticos, no qual corresponde a 42% dos usuários, o celular é considerado o dispositivo mais usado por 99% dos usuários. Já em relação as compras realizadas na internet, correspondem a 39%, em contrapartida apenas um terço da população realiza atividades de trabalho na internet (SILVA et al., 2021). Vale destacar a importância de debater o uso das tecnologias, sobre uma ótica de acesso a sociedade e não a naturalização do fazer pedagógico padronizado pelas tecnologias. Nesse cenário, a proposta de EaD e ensino remoto, adotam a continuidades do calendário escolar pela entrega de conteúdo, que implicam diretamente sobre o trabalho pedagógico e docente.

[...]o problema do uso de EaD é a própria concepção educacional, contudo, mesmo o uso dessas tecnologias como atividades complementares segue sendo inviável para a maioria das crianças e jovens. A democratização do acesso à internet, por meio de políticas públicas, é, por conseguinte, um imenso desafio e deve seguir na agenda das lutas pela democratização da informação, da ciência, da arte e da cultura (COLEMARX, 2020 p.17).

Em se tratando da falta de acesso as tecnologias em meio a pandemia, os termos propostos pela Lei nº 14.172/21, dispõe em seu Art.1, sobre a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, a alunas/os e professoras/es da educação básica pública. No Art.3 trata-se das finalidades e prioridades dos recursos

⁴ Disponível em: <https://cetic.br/pt/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2019/> Acesso em: 20 de maio de 2021.

destinados, no qual consistira na contratação de soluções de conectividade móvel para a realização e o acompanhamento de atividades pedagógicas não presenciais, vinculadas aos conteúdos curriculares, por meio do uso de tecnologias da informação e da comunicação, com prioridade para alunos do ensino fundamental e médio e para professores do ensino fundamental e médio.

No que se refere a esse mercado pulverizado, temos o interesse de vários grupos econômicos no país trazendo um novo horizonte para os rumos da educação pós-pandemia. Através do uso das tecnologias e o ensino híbrido ganha cada vez mais notoriedade como alternativa essencial de educação. Com outras palavras, as instituições privadas são espelhos para que as escolas públicas já precarizadas se adaptem a esses modelos (LEHER, 2020). Segundo dados do Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB)⁵, o ensino híbrido é definido enquanto uma abordagem que integra e utiliza as tecnologias digitais, seja em momentos presenciais ou seja em momentos remotos. Para a empresa MOVPLAN, que é especializada em oferecer soluções de inovação para o mercado tecnológico, o ensino híbrido na pandemia tem o foco na valorização do protagonismo dos estudantes, em um aprendizado colaborativo e que oferece autonomia aos alunos. Nesse sentido, as empresas educacionais, na busca de expandir seus mercados para geração de lucros exorbitantes, transmite para sociedade um modelo adaptativo em que nada responde a realidade social em que os alunos e professores se encontram. Com isso, acabam enfatizando a necessidade de estabelecer planos e metas que dialoguem e contemplem seus princípios.

É de destaque também que na rede pública não existe uma universalização das tecnologias de informação e comunicação - TICS na prática pedagógica. De acordo com os dados do Censo Escolar 2019, Educação Básica brasileira comporta 2,2 milhões de docentes e 47,9 milhões de matrículas em 180,6 mil escolas. Somados a isso, 61,9% dos estudantes do ensino médio contra 29,1% do ensino fundamental têm acesso a internet. Nesse movimento desigual “a educação remota - também enunciada como “ensino remoto”, “comunicação remota”, “aulas remotas”, “aulas online”, “modalidades alternativas” - é um eufemismo para descaracterizar a

⁵ Disponível em: https://cieb.net.br/ensino-hibrido-2021/?gclid=CjwKCAjwybyJBhBwEiwAvz4G74ixqcC2ZLe_w_lu96ejacWT4kD1yPEZcobDgH3cp64tsP_Gllfeq_BoCrjoQAvD_BwE Acesso em: 26 de abril de 2021.

Educação à Distância (EaD)” (COLEMARX,2020). De acordo como Silva et al (2021):

A atual forma de EAD, pensada pelas empresas e os governantes, não esconde o seu desejo de transformar o professor em mero assistente barateado pelas plataformas digitais, de fácil preparação em cursinhos rápidos de formação docente. **Portanto, o que está em curso e deve ser severamente contestado é a desqualificação e desprofissionalização do próprio magistério.** Assim, ao invés de aceitarmos a naturalização da conversão do trabalho vivo docente em trabalho morto comercializado em plataformas devemos nos unir em torno de um projeto que aproveite os recursos tecnológicos para permitir maior conhecimento da realidade e de suas contradições (BARBOSA et al., 2021 p.19 grifos nossos).

Sendo assim, é evidente o projeto voltado para a naturalização do ensino remoto, como condição imposta e que não dialoga com as mediações do trabalho docente em suas condições objetivas, concretas e sociais. De outro, aponta a lógica alienante de uma formação fragmentada, praticista e padronizada. O trabalho do professor também é reconfigurado durante a pandemia, que incorpora o discurso, do fracasso, da incompetência da individualização e, principalmente da responsabilização do professor.

A falácia do ensino remoto se faz presente, “com o “ensino” remoto, nossos problemas não acabaram; apenas se enraizaram ainda mais” (SAVIANI; GALVÃO, 2020, p.39). para Nora Krawczyk (2020), a suspensão de aulas presenciais por conta do novo coronavírus, escacaram as fortes pressões pela implantação da Educação à Distância (EAD), e assim as mentiras e falácias sobre esse tema se multiplicam. Por isso, a necessidade de resistir a um forte ataque mercadológico de empresas que durante este período estão utilizando todos os meios para vender (a governos e escolas) modelos pré-fabricados de EAD.

Em suma, essa realidade deve ser discutida e ampliada para classe trabalhadora, estabelecendo elementos de discordâncias sobre o ensino não presencial e que deve abordar, questões preliminares em relação a utilização do ensino remoto, tais como o acesso à internet de qualidade, o acesso ao ambiente virtual propiciado por equipamentos adequados (e não apenas celulares) e que ocorra a familiarização com as tecnologias, que propiciem o preparo dos docentes no uso pedagógico das ferramentas digitais (SAVIANI; GALVÃO, 2020).

3 OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Analisar as repercussões do ensino remoto no contexto pandêmico, visando compreender seus desdobramentos para o trabalho docente na Educação Básica.

Objetivos Específicos:

- Identificar as desigualdades de acesso no uso das tecnologias pelos professores e alunos do ensino básico;
- Analisar os fundamentos sociais, econômicos e políticos que determinam a política educacional voltada ao ensino remoto;
- Investigar os impactos do ensino remoto sobre o trabalho docente.

4 METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica, na qual permitiu o acesso a materiais já elaborados, como artigos, dissertações e teses, que foram encontrados em revistas, periódicos e repositório institucional da Universidade Federal de Pernambuco. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é indispensável, pois amplia a análise histórica e o entendimento sobre a base teórica dos fenômenos investigados. Nesse sentido, foi desenvolvida uma revisão sistemática, na qual é definida enquanto método utilizado na investigação do conjunto de dados provenientes de diferentes estudos, apresentando de forma explícita as estratégias de busca empregadas em cada base, o processo de seleção dos artigos científicos e o processo de análise de cada artigo (GALVÃO; RICARTE, 2019). Neste sentido, foram utilizadas como fontes principais do trabalho: a Revista Brasileira em Educação – RBE⁶, Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBPAE⁷, Práxis educativa⁸, Germinal: Educação em debate⁹, Retratos da escola¹⁰ e a Revista Trabalho, Política e Sociedade – RTPS¹¹. Além disso, foi revisitado também o repositório do programa de pós-graduação em Educação e de Educação Contemporânea da UFPE.

Para construção do trabalho e identificação das fontes bibliográficas, utilizamos enquanto palavras-chave: Ensino Remoto, Trabalho Docente e Pandemia de COVID-19. Em relação aos critérios de inclusão, optamos primeiramente pelo recorte de tempo, no qual correspondeu aos estudos publicados no período 2020-2021, por se tratar da necessidade de investigação no contexto pandêmico e, conseqüentemente, suas conexões com o ensino remoto no atual cenário da educação básica brasileira. Posteriormente, para um maior direcionamento e refinamento dos achados, identificamos a pertinência presentes nos estudos em relação as palavras-chave e os materiais científicos disponíveis na integra. A categorização dos dados consistiu em identificar quais os conceitos teóricos utilizados, procedimentos metodológicos e os principais resultados dos estudos

⁶ Acesso a revista disponível em: <http://www.anped.org.br/site/rbe/rbe>

⁷ Acesso a revista disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae>

⁸ Acesso a revista disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>

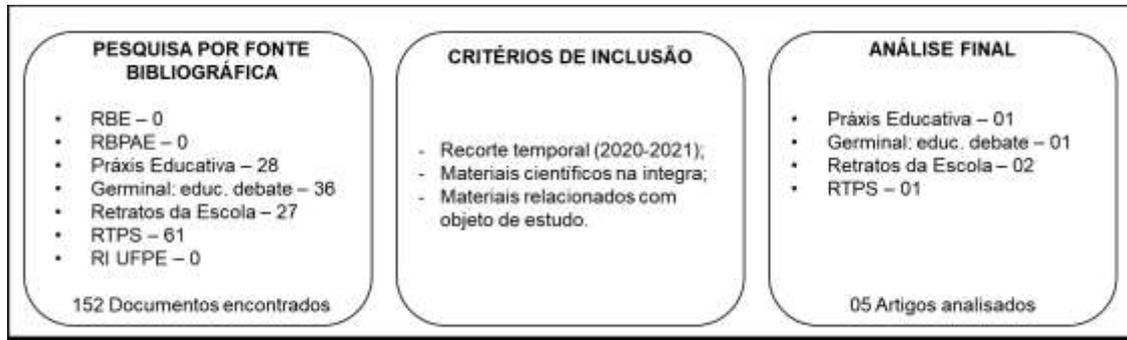
⁹ Acesso a revista disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal>

¹⁰ Acesso a revista disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>

¹¹ Acesso a revista disponível em: <http://costalima.ufrj.br/index.php/RTPS/>

encontrados, no qual foi utilizado uma ficha de leitura. A seguir temos o procedimento de coleta dos materiais, representado pela figura 1.

Figura 1 – Procedimentos de coleta dos materiais.



Fonte: O Autor, 2021.

Em relação ao tratamento dos dados, adotamos o método da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1988). De acordo com Bardin (1988), a análise de conteúdo trata-se de um conjunto de técnicas utilizadas na análise das comunicações, utilizando dos objetivos de descrição e dos procedimentos sistemáticos para definir as especificidades das mensagens que expressam a realidade presente no conteúdo. Com isso, partimos das diferentes fases que constituem a análise de conteúdo (BARDIN, 1988). Sendo a primeira delas a pré-análise, na qual corresponde a organização propriamente dita, levando em consideração a sistematização das ideias iniciais sobre a pesquisa. Esta primeira fase é constituída por três elementos: a escolha dos documentos submetidos à análise, na qual parte inicialmente de uma leitura flutuante sobre as relações e aproximações com o tema de pesquisa e os estudos elaborados; a seleção dos documentos a partir da delimitação do corpus, ou seja, a integração do conjunto dos documentos que são submetidos aos procedimentos analíticos; e a formulação de hipóteses e objetivos, partindo da identificação provisória, que resulta na finalidade geral e na construção das sínteses (BARDIN, 1988).

A segunda fase é caracterizada pela exploração do material, que pressupõe essencialmente a utilização de operações de codificação que resultam na administração dos procedimentos adotados anteriormente para coleta dos dados investigados. A codificação corresponde a transformação dos dados brutos em uma

sistematização da unidade pertinente as características do conteúdo. Por fim, na fase de tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, consiste principalmente na síntese e seleção dos resultados que integram as inferências e as análises teóricas e pragmáticas que permitem a representação do conteúdo e a confrontação dos dados obtidos (BARDIN, 1988).

Além disso, utilizamos o materialismo-histórico-dialético enquanto teoria do conhecimento e método de análise do movimento real e concreto. Portanto, o trabalho se formula na busca de sucessivas aproximações com o objeto estudado, o qual nos permitiu a análise e reflexão das particularidades e contradições que traduzem os fenômenos sociais, desvelando a aparência, e chegando assim, a essência concreta da realidade. A teoria a luz do método é considerada uma modalidade peculiar de conhecimento, sendo assim o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto. É através da teoria que se reproduz no pensamento do sujeito a estrutura e dinâmica do projeto de pesquisa.

Para manter essa conexão se faz necessário a articulação de três categorias: totalidade, contradição e mediação. Na totalidade considerasse o movimento dialético, esse movimento por sua vez não é repartido, nem muito menos simplificado, mas sim acompanha a complexidade que compreende o objeto no seu movimento real. A mediação interliga cada eixo da realidade social que expressa a manifestação do próprio objeto, correspondendo uma conexão entre si e com o todo. E por fim, a contradição também é uma categoria fundamental nesse processo de construção das múltiplas determinações do objeto, acompanhando suas alterações e dando movimento a própria realidade de forma dialética (PAULO NETTO, 2011).

5 RESULTADOS

Em relação aos resultados, inicialmente destacamos o levantamento bibliográfico realizado nas revistas citadas anteriormente, como também no repositório do programa de pós-graduação em Educação e de Educação Contemporânea da UFPE, conduzindo as discussões extraídas dos achados. Com isso foram encontrados 152 estudos referentes aos anos de 2020 e 2021. Entretanto, após a pré-análise (BARDIN, 1988), com a utilização dos descritores ensino remoto, trabalho docente e Pandemia de COVID-19, apenas 05 artigos corresponderam a temática do estudo.

Das publicações analisadas, não foram encontradas teses nem dissertações que debatem esse campo, o que mostra a necessidade de investigar o tema na pós-graduação, principalmente no estado de Pernambuco, sendo um dos mais atingidos com a pandemia. Já em relação as revistas mencionadas anteriormente, só conseguimos encontrar o material indispensável para análise em 4 revistas (Práxis Educativa, Retratos da escola, Germinal: educação em debate e Revista Trabalho, Política e Sociedade – RTPS), estas classificadas respectivamente em Qualis, A2, B1 e B2, de acordo com a plataforma Sucupira¹². Em relação as revistas RBE e a RBPAE, classificadas pela mesma plataforma em Qualis A1, não apresentam estudos sobre o tema, dado a periodicidade e regularidade de suas publicações em decorrência do tempo. Ademais, para análise dos 05 artigos selecionados, seguimos a fase de exploração do material (BARDIN, 1988), estabelecendo as conexões expostas na tabela 1.

¹² Acesso da plataforma disponível em:

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>

Tabela 1. Informações referentes aos estudos analisados. Autoria própria.

Artigo	Autor	Revista	Qualis	Palavras-Chave
A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente	SARAIVA et al., 2020	Práxis educativa	A2	Ensino remoto. Escola. Docência. COVID-19. Pandemia.
Trabalho docente em tempos de pandemia: mais um retrato da desigualdade educacional brasileira	OLIVEIRA;JUNIOR, 2020	Retratos da escola	B1	Condições do trabalho docente. Ensino remoto. Pandemia.
Trabalho e formação de professores/as: retrocessos e perdas em tempos de pandemia	SIQUEIRA;DOURADO,2020	Retratos da escola	B1	formação de professores. Trabalho docente. Pandemia e educação.
Projeto neoliberal, ensino remoto e pandemia: professores entre o luto e a luta	MELIM;MORAIS,2021	Geminal: Marxismo e Educação em Debate	B2	pandemia de covid-19, ensino remoto, educação à distância, política educacional, reconversão docente.
DA UBERIZAÇÃO À YOUTUBERIZAÇÃO: a precarização do trabalho docente em tempos de pandemia	SILVA,2020	RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade	B2	Trabalho Docente, Trabalho Precário, Pandemia de COVID-19

Fonte: O Autor, 2021.

Sendo assim, podemos observar na tabela acima, a aproximação dos estudos com o objeto investigado, no qual caracterizou a fase de tratamento dos resultados (BARDIN, 1988), foi identificado as coerências entre os títulos e os descritores, potencializando análise desses resultados. Ademais, vamos a teorização dos dados encontrados, que coincide com a interpretação dos resultados (BARDIN, 1988). A tabela 2 apresenta os principais elementos analisados nos estudos.

Quadro 1: Principais elementos analisados nos estudos.

TÍTULO	TIPO DE PESQUISA	OBJETIVOS	IDEIA PRINCIPAL
Educação em tempos de COVID-19: ensino a distância e esgotamento docente	Pesquisa bibliográfica e documental	Analisar a trama discursiva que se constitui a partir da necessidade de adaptação das atividades presenciais para atividades remotas no Estado do Rio Grande do Sul durante o distanciamento social divulgação pela COVID-19.	O reforço de mecanismos disciplinares, o crescimento das desigualdades, algum otimismo com os efeitos de longo prazo e a intensificação do trabalho Docente no contexto do novo coronavírus.
Trabalho docente em tempos de pandemia: mais um retrato da desigualdade educacional brasileira	Pesquisa bibliográfica e documental	Conhecer o contexto atual de realização do trabalho docente durante a pandemia, a fim de fornecer subsídios para o diálogo necessário sobre a oferta educativa nessas condições e no retorno às atividades presenciais.	Traz informações sobre o suporte institucional oferecido pelas redes de ensino e os recursos tecnológicos de professores e estudantes para desenvolver as atividades. Aborda, ainda, a carga de trabalho dos professores e a participação dos estudantes nas atividades.
Trabalho e formação de professores/as: retrocessos e perdas em tempos de pandemia	Pesquisa bibliográfica e documental	Discutir os dados da pesquisa Trabalho docente em tempos de pandemia (Gestrado/UFGM, 2020) e analisar os desdobramentos do movimento de regulação e gerenciamento da formação e atuação dos professores.	A implementação do ensino remoto no âmbito de um discurso e uma prática gerencialista da educação no contexto da pandemia. Ao mesmo tempo, induz o profissional da educação a uma relação com a tecnologia e suas plataformas como um fim em si mesmo.
Projeto neoliberal, ensino remoto e pandemia: professores entre o luto e a luta	Pesquisa bibliográfica e documental	Apresentar hipóteses e reflexões sobre a implementação ensino remoto no contexto da pandemia de covid-19.	A implementação do ensino remoto em meio à crise sanitária seria um laboratório, bem como um acelerador do projeto do capital para a educação.
Da uberização à youtuberização: a precarização do trabalho docente em tempos de pandemia	Pesquisa bibliográfica e documental	A análise de fontes documentais e clipping de notícias que tratam da perda de postos de trabalho de docentes, a eliminação de direitos e a adaptação forçada ao ensino remoto.	Durante a pandemia do novo coronavírus, urge a necessidade de compreender os dilemas do precariado professoral inseridos na atual conjuntura brasileira.

Fonte: O Autor, 2021.

De acordo com a tabela acima os achados foram desenvolvidos através de uma revisão bibliográfica. Já em relação aos objetivos, podemos perceber as diferentes percepções sobre o ensino remoto e o trabalho docente, na qual a maioria dos estudos apontam elementos como a implementação do ensino remoto durante a pandemia, que acarretou o aumento da precarização e intensificação do trabalho docente, refletindo diretamente nas condições de trabalho docente no contexto pandêmico. Com isso, as seções seguintes apresentam a relação com as ideias centrais expostas nos estudos analisados.

5.1 A Educação Básica em tempos de pandemia: o que dizem os autores?

Nesta seção foram construídas as sínteses em relação as análises com base nos trabalhos estudados. Com destaque, foram elucidadas questões acerca da educação em tempos de pandemia trazida pelos autores, onde no âmbito escolar se confrontou a paralização das atividades presenciais, inicialmente provocando a interrupção do calendário escolar, e posteriormente as medidas adotadas para a implementação das aulas remotas (OLIVEIRA; JUNIOR, 2020; SARAIVA, et al., 2020; MELIM; MORAIS, 2021).

Segundo Oliveira e Junior (2020), a pandemia do novo coronavírus se chocou com o cenário político brasileiro vivido nos últimos anos, a esses dois, se fomentou o braço forte rumo ao cumprimento da agenda neoliberal. No já mencionado isolamento social, os sistemas educacionais se encontravam duplamente perdidos. Primeiro pela falta de planejamento e preparo para lidar com a presente situação e, segundo a imposição aligeirada e emergente para a implementação e desenvolvimento das atividades remotas (SARAIVA, et al., 2020).

Já não bastasse a degradação dos direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora, a quadra história que nos assola coloca ainda mais evidente os processos de precarização, muitos trabalhadores e trabalhadoras perderam seus empregos durante a pandemia, muitos por serem trabalhadores informais, não tiveram direito ao seguro desemprego, ao acerto pelo tempo trabalhado, ou qualquer outro direito garantido. Isso fica claro, por exemplo, em relação ao aumento da fortuna de uma pequena parcela da sociedade em detrimento da miséria constante da grande massa (MELIM; MORAIS 2021). Apesar dos efeitos devastadores causados pela pandemia de Covid-19, o Brasil ganha 11 novos bilionários na lista da Forbes, dentre eles, 20 novatos brasileiros integram a lista do ranking de bilionários do mundo, passando de 45 para 67 neste ano (FORBES, 2021). Por tanto, estamos diante da falsa ideia de democracia burguesa, acompanhando o desgaste da democracia liberal e da própria política, na qual não sustenta o discurso do direito a educação, ao contrário, usufrui dela seus interesses mais perversos (FREITAS, 2018). Com efeito, o debate da educação em tempos de pandemia assumiu novos contornos.

O foco do debate acadêmico na área educacional também sofreu mudanças com as restrições impostas pela pandemia. Se antes os estudos sobre as condições de trabalho docente atribuíam um papel central à estrutura das escolas, agora, abre-se espaço para avaliar **as condições de moradia e o acesso e utilização de recursos tecnológicos por professores e estudantes**. Se antes a existência de laboratórios de informática nas escolas era uma demanda, hoje passa a ser item essencial a disponibilidade de computador com rede de internet adequada nas residências (OLIVEIRA; PEREIRA JUNIOR, 2020, p.5 grifos nossos).

Para Siqueira e Dourado (2020), o Brasil extremamente desigual, põe em evidência novos ciclos de exploração. Partindo disso, podemos compreender as mudanças estruturais presentes nas escolas. o nível de escolaridade da população brasileira é consideravelmente baixo, temos um número assustador, sendo que mais da metade da população com 25 anos ou mais concluiu somente o ensino fundamental. Essa maioria não chega perto do acesso do ensino superior, sendo apenas 21,3% dos jovens entre 18 e 24 anos.

Outro fator que caracteriza essa realidade educacional é a inserção de programas, nas esferas federais, estaduais e municipais, que caracterizam a realidade socioeconômica dos estudantes, como o Programa Bolsa Família que agrega a oferta da educação integral no Programa Mais Educação. Para os mais pobres são oferecidas escolas mais pobres, ou seja, condições mais precárias de oferta educativa pela diferenciação das rendas familiares, atingindo principalmente quem está à margem, como negros, índios, imigrantes e mulheres. Portanto, se as condições estruturais da escola são desiguais, será a educação remota igual para todas/os? Já é possível afirmar, que o ensino remoto potencializa esses impactos, pois a desigualdade está no acesso aos recursos tecnológicos, na falta de apoio pedagógico, na ausência do suporte a alimentação e na garantia de direitos para professores e estudantes (OLIVEIRA; PEREIRA JUNIOR, 2020).

A lógica destrutiva do capital é constante na atual situação política brasileira, para favorecer os interesses das grandes corporações do capital, é colocado em cena as políticas de austeridade econômica que vem somando ao longo desses cinco anos aos severos cortes nos recursos destinados às políticas sociais, como foi o caso da aprovação da emenda Constitucional Nº 95 que congelou o gasto com políticas sociais para os próximos 20 anos. Essas medidas atingem, principalmente os setores da educação e do trabalho, comprometendo por sua vez a sobrevivência

de milhões de brasileiros(as). Sendo assim, o objetivo é fortalecer o mercado através do pagamento da dívida pública, beneficiando os bancos e as empresas privadas. Conforme coloca Melin e Morais (2021), o progressivo avanço dos movimentos da extrema direita, ressuscitam as práticas tradicionais com o estímulo ao ódio social. A expressão desses processos, revela o progressivo avanço de movimentos de direita não somente no País, como também em grande parte do mundo, podem ser identificados por projetos do grande capital, como o projeto Escola Sem Partido¹³ e o *homeschooling*, que em suas matrizes definidas e intencionais reforçam as opressões.

Por fim, o fato a acrescentar, é que o capitalismo de vigilância está por toda parte, e com isso propaga seus aparelhos de hegemonia na captura subjetiva e moral da sociedade. Diante da pandemia, proliferou a ideia por meio de reações negacionistas, de que a pandemia é só uma “gripezinha” ou que não passa de uma invenção de laboratório, chegando à precarização das condições objetivas de acesso para as camadas menos favorecidas. A pergunta que precisamos responder agora é: como isso verbera no trabalho docente no contexto do ensino remoto?

5.2 Perspectivas do trabalho docente no Brasil: as faces de uma tragédia

Dando sequência a essa discussão, passamos, neste momento, a fazer as considerações necessárias sobre a realidade do trabalho docente no Brasil. Para isso, além de revisitar os autores já citados, acrescentamos das contribuições de Katharine Silva et al., (2021), Amanda da Silva (2020) e Olinda Evangelista (2017).

De acordo com Amanda da Silva (2020) é preciso observar a precarização de novo tipo do trabalho docente, constituído pelo precariado professoral, que se insere nas redes públicas de educação básica, em meio às metamorfoses do campo educacional. Ao revisitarmos a tese explicitada no título “Faces da tragédia docente no Brasil”, da autora Olinda Evangelista, assumimos o primeiro compromisso de

¹³ Escola sem Partido é um movimento que defende o projeto de uma educação escolar neutra. Além disso, impõe aos professores e professoras deveres e direitos que devem exercer em sala de aula, como forma de impedir que os docentes possam transmitir a seus alunos suas visões de mundo. Ou seja, a formação se torna cada vez mais acrítica e os trabalhadores da educação reféns do silenciamento.

expor sinteticamente, como se conforma a tragédia do professor da educação básica brasileira em seu percurso histórico. É eloquente as manobras de manutenção da sociedade, porém ao mesmo tempo que se acirram, apresentam rachaduras fundamentais para uma resistência propositiva. Desde a conjuntura de maio de 2016 e os conturbados cenários vividos posteriormente, que impõe à classe trabalhadora a violência do congelamento por vinte anos do investimento público, único espaço que pode garantir direitos universais, já trazem consigo expressões do rebaixamento das classes, conseqüentemente acarretando o rebaixamento do trabalho docente (EVANGELISTA, 2017). Todo esse quadro apresenta é aprofundando na pandemia, ou seja, a precarização também está em curso na história da educação brasileira, e para seu entendimento devemos considerar os elementos que subsidiam essas realidades dos profissionais da educação.

Conforme Evangelista (2017), as hipóteses explicativas para a areia movediça em que se encontra o professor do ensino básico. A face um: o professor reconvertido pode ser inserido pelo processo de reconversão da economia capitalista, com foco na sociedade do conhecimento e na incorporação das novas tecnologias, assim precisa ser reconvertido o papel da educação, principalmente na América Latina, como também o professor reconvertido tem que garantir a “qualidade da educação”, no qual a educação escolar e a formação docente são subordinadas aos interesses do mercado. A face dois: o professor desqualificado, tendo um dos fatores importantes o componente da desqualificação docente, no qual assume o determinismo tecnológico, discursos nocivos para suplantam a degradação da sua própria formação e de seu pensamento crítico.

As duas últimas faces, se apresentam com a consolidação da nova conformação social posta pelo capital. A face três: o professor responsabilizado, para corrigir o curso frente à má gestão dos recursos públicos e a má gestão da qualidade educacional é preciso punir responsabilizar aqueles que não são eficientes a atingir as competências, os professores e os alunos saem em uma competição desenfreada para alcançar os melhores resultados. A face 4: o professor “edeizado”, resultante do processo de expansão dirigido pelos interesses privatistas na inserção da educação a distância ao longo desses dez anos. É nesse último, traduz o elo que une o contexto que o trabalho docente se insere atualmente, no prisma do ensino remoto, abrindo espaço para o precariado professoral, assim como

atinge o “professorado estável formal” (EVANGELISTA, 2017; SIVA, 2020). A matéria publicada no G1¹⁴ sobre a suspensão das aulas e a implementação do ensino remoto, expressam relatos de professores e alunos sobre os obstáculos da educação remota. Segundo depoimento da professora Larissa Bittencourt da rede pública de ensino do estado do Rio grande do Sul, conta que os jovens residentes na zona rural, já enfrentavam dificuldades para frequentar escola nas aulas presenciais. Agora, então, sem perspectiva de acesso ao sinal de telefone ou de internet, estão praticamente excluídos. Em relação aos professores, esses também sofrem com a limitação dos aparelhos com tecnologia insuficiente para gravar e até mesmo realizar as aulas online.

Sendo assim, essas faces colocam em evidencia a precarização do trabalho docente, cuja suas formas são desqualificar cada vez o trabalho do professor, assim como oferecer um ensino rebaixado aos marginalizados (SILVA et al., 2021). Essa realidade mostra a exaustão dos professores, que lidam com o cansaço extremo, despesas externas para adequação das aulas online, acúmulo de trabalho, estresse, barreiras tecnológicas e jornadas intermináveis passaram a fazer parte, com maior frequência, de suas rotinas desde o início da pandemia do novo coronavírus, com isso podemos perceber de acordo com Amanda da Silva (2020) a situação pela qual os docentes estão passando:

A situação dos docentes em geral, e do precariado professoral em particular, não difere de outras categorias que estão passando por privações econômicas severas neste momento da pandemia. E, se antes mesmo do isolamento social já estava em curso a precarização do trabalho dos professores, por conta de processos como a uberização, agora, durante a pandemia, isso se soma à youtuberização, com as proposições de que a educação se faça por trabalho docente remoto (domiciliar), o que intensifica a precarização destes trabalhadores” (SILVA, 2020 p.4).

Com isso, o aprofundamento da crise coloca novas formas espoliar os trabalhadores da educação. A vida de milhares de professores é colocada em risco, uma vez que são terceirizados, temporários, ou até mesmo voluntários e de uma hora para outra são excluídos, ficando à mercê da pandemia e fome. Os que se mantem acabam sofrendo com a surpexploração do trabalho, tendo que atender as determinações do ensino a distância a todo custo e assim os grandes empresários

¹⁴ Reportagem disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/05/05/sem-internet-merenda-e-lugar-para-estudar-veja-obstaculos-do-ensino-a-distancia-na-rede-publica-durante-a-pandemia-de-covid-19.ghtml> Acesso em : 10 de abril de 2021.

lançam o “estilo Uber” para transformar as atividades de trabalho nas plataformas tecnológicas. É o trabalho intermitente do professor na forma de “fast food” (COLEMARX, 2020).

Retomando os estudos de Oliveira e Junior (2020), assim como os estudos de Dourado e Siqueira (2020), partiremos para seus resultados, que estão interligados com análise das particularidades da pesquisa Trabalho Docente em Tempos de Pandemia¹⁵, desenvolvido pelo Grupo de Estudos Sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais (Gestrado/UFGM). Que contou também com o apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Está pesquisa resulta de um esforço coletivo, onde não apenas reflete as dificuldades enfrentadas pelos professores e alunos, mas favorece também o debate de alternativas que dialoguem com a realidade concreta e as condições necessárias para sua superação. Além disso, foi contextualizado o debate que o livro Cadernos da pandemia: problematizando a educação em tempos de isolamento social, vem trazendo sobre o ensino totalmente a distância ou sua oferta através do chamado ensino híbrido. Esse livro também é resultado de um esforço coletivo Pesquisa em Gestão da educação e Políticas do tempo Livre – Grupo Gestor, que é ligado ao programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco.

Neste sentido, partiremos agora a discutir alguns elementos que interligam esses processos, como o uso dos recursos tecnológicos, a sobrecarga do trabalho docente e a participação dos estudantes. Sendo assim, segue o exposto na figura 2.



Fonte: O Autor, 2021

¹⁵ Disponível em: <https://gestrado.net.br/pesquisas/trabalho-docente-em-tempos-de-pandemia-cnte-contee-2020/> Acesso em: 20 de julho de 2021.

Em relação à pesquisa do grupo Gestrado podemos perceber as seguintes questões. O primeiro ponto em relação ao uso das tecnologias, observasse que uma parte dos entrevistados não recebeu nenhum tipo de suporte ou apoio para a realização das atividades remotas. O quadro é ainda pior se comparado com professoras e professores das redes municipais que caracterizam 14,4%, representando quase o dobro das escolas estaduais. O segundo ponto trata da manifestação marcante que a intensificação do trabalho docente vem ganhando com espaço virtual. Por último, e não menos importante, é o fato em relação às atividades de ensino, na qual a participação dos alunos, nas aulas remotas, apontam constatações negativas. Pouco mais de 80% dos professores afirmaram a diminuição da participação dos alunos, isso se apresenta pelo fato de que os estudantes enfrentam disparidades ainda maiores, por não possuir espaços adequados e os meios exclusivos que garantam esse acesso (OLIVEIRA; PEREIRA JUNIOR, 2020).

Com relação as análises realizadas pelo Grupo Gestor, analisamos os resultados do capítulo ENSINO REMOTO DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: Home Office, Plataformas Virtuais e flexibilização da formação e do trabalho docente. Sobre a participação dos professores nas aulas remotas 14,1% dos docentes entrevistados não haviam vivenciado atividades de ensino remoto durante a quarentena por conta da covid-19, dados coletados no início do mês de junho de 2020. Além disso, aproximadamente metade dos entrevistados realizam atividades remotas desde o início da quarentena, que corresponde o mês de março e os demais acompanharam inicialmente a suspensão e posteriormente no mês de abril a adoção do ensino remoto. Ainda sobre esse ponto, vale destacar que a maioria dos docentes adotaram as aulas virtuais *on-line*.

Em se tratando de formação, pouco mais da metade dos professores não recebeu nenhum tipo de formação durante a pandemia. Ficou caracterizado por alguns que as formações realizadas tinham caráter excepcionalmente aligeirado e totalmente deslocado da realidade estrutural que esses professores trabalham no *home office*. O que levou também os questionamentos sobre a esse tipo de ensino remoto afetar a privacidade dos docentes, tendo em vista que na maioria dos casos

os entrevistados trabalham em um local inadequado que interfere em uma mudança na dinâmica da casa, assim como condicionam os docentes a ficar online o dia inteiro. Ainda é relatado, a exposição pública do ambiente privado, no qual o professor é exposto sem garantia de direito de imagem resguardado e por fim existência de problemas de saúde que acarretam o adoecimento docente (SILVA et al., 2021).

Considerando o trabalho docente no contexto atual, a partir da regulamentação dos dados apontados anteriormente, **destacamos que questões como ausência de formação e de estrutura e equipamentos**, por um lado e, e por outro, aumento das cobranças e necessidades de **maior investimento de tempo**, inclusive em horários incomuns de trabalho ou fora do horário de trabalho, foram bastantes presentes nas respostas dos docentes” (SILVA et al., 2020 p.58 grifos nossos).

É certo que outras questões que também circundam essa realidade, como a regulamentação do trabalho empreendidas no atual cenário, no qual a medida provisória nº 936/2020¹⁶, permitiram a redução salarial e a suspensão de contratos, demonstrando mais uma vez os interesses dos lucros das empresas. Uma outra problemática que vem se constituindo é o retorno das aulas presenciais, que no momento atual as escolas são constantemente pressionadas, os próximos capítulos já são há muito tempo contados, o ensino híbrido é tão somente corrosivo e como no remoto é travestido de uma lógica permanente, ao mesmo tempo que inova os processos, restaura os interesses (SILVA, 2020). Para ficar ainda pior, as ações do atual governo se tornam cada vez mais ineficientes, como foi o caso da revogação por parte do presidente Jair Bolsonaro do projeto de lei nº 3477/20¹⁷ da Câmara dos Deputados que previa ajuda financeira de R\$ 3,5 bilhões da União para estados, Distrito Federal e municípios garantirem acesso à internet para alunos e professores das redes públicas de ensino em decorrência da pandemia.

¹⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv936.htm Acesso em: 12 de julho 2021

¹⁷ Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1907060 Acesso em: 15 de julho de 2021

6 CONCLUSÃO

O isolamento social em decorrência da pandemia comprometeu a rotina de milhões famílias em todo o mundo. Como foi apontado nos estudos a implementação do ensino remoto abarcou de forma aligeirada esse “novo normal”. Constatou-se o aumento da desigualdade no globo, principalmente nos países periféricos. Além disso, o campo das políticas educacionais no Brasil, ficou marcado pela falta de preparo dos sistemas de ensino para enfrentar essa realidade, o que alavancou os interesses dos grupos educacionais para oferecer a educação remota em tempos pandêmicos. Isso é bastante preocupante, pois tratam-se de empresas que estão por trás de conglomerados privados, vendendo materiais didáticos e plataformas digitais de ensino, com a chegada do ensino remoto. Sendo assim, concretizam e potencializam os efeitos catastróficos para educação, como a aceleração de reformas de privatização e desprofissionalização docente, são adotadas estratégias de Educação a Distância - EaD, cada vez mais robotizadas e substituindo boa parte da mão de obra docente e por fim o rebaixamento da qualidade do ensino para as camadas populares (SILVA et al., 2021).

As mudanças ocorridas em razão da crise sanitária não apenas apresentam consequências da atualidade, mas sim escacaram um projeto de educação neoliberal, cujas suas raízes estão no bojo das reformas do Estado na década de 1990, em que os organismos multilaterais, em especial o Banco Mundial, aglutinou interesses da burguesia na reconversão da educação enquanto serviço. Isso mostra como a brutal pedagogia do vírus capitalista, ataca diretamente as conquistas históricas a que tanto lutamos. A ideia da democratização e expansão do acesso, acaba caindo por terra quando estabelece as relações de disputas e competições, sobre a face da meritocracia. Entretanto, para romper o projeto em curso no Brasil mediada pela utilização das TICs, fragmentada, aligeirada e cada vez mais privatizada deve ser amplamente discutido pelas camadas populares para garantia de melhores condições de acesso à educação.

Diante do quadro de imensa gravidade, os educadores – professores e trabalhadores das áreas afins – e os estudantes estão diante de uma responsabilidade única: um largo espectro de pensamentos políticos concorda que a saída dessa complexa crise somente será possível com o fortalecimento do que é comum a todos, e isso requer cultivar um valor

renovado pela solidariedade social, notadamente no interior da classe trabalhadora, a classe fundamental que mais sofre as consequências da pandemia (COLEMARX, 2020 p.8).

A pandemia da COVID-19, vem agravando o quadro de precarização do trabalho docente, mas vale destacar que esse fenômeno não é recente e acompanha as transformações do século XXI, como a flexibilização do trabalho docente e a contratação dos professores temporários. A partir dos resultados, é possível perceber a fragilização dos docentes, com o trabalho intermitente na educação remota, acarretando o adoecimento e a expropriação do trabalho docente. Contudo, é importante compreender de que modo esse fenômeno se apresenta para as diferentes camadas dos profissionais da educação.

É preciso retornar o trabalho educativo em sua síntese ontológica- histórica. Como aponta Saviani: “Conseqüentemente, o trabalho educativo, é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens (SAVIANI, 2013 p.13).

Por fim, pensar uma educação para além do capital, é salientar mais uma vez a concepção alternativa de mundo, que rompa e transforme os padrões impostos pelo capital. E, mais importante, essa relação pode e deve se expressar dialeticamente de forma concreta. Pois é através da mudança radical que o domínio do capital pode ser quebrado e assim a educação deixa de ser mercadoria e passa a ser fundamento do homem, em outras palavras, sua própria vida (MÉSZÁROS, 2008).

REFERÊNCIAS

ALIAGA, L. A restauração reacionária no Brasil em tempos de pandemia. **Encontros com a Filosofia**, Niterói-RJ, n. 12, p. 58-75, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/enfil/article/view/44536>. Acesso em: 22 jul. 2021.

ANDES-SN. **Projeto do capital para a educação, volume 4**: O ensino remoto e o desmonte do trabalho docente. [S. l.]: Andes, 2020. Disponível: <https://www.andes.org.br/sites/publicacoes>. Acesso em: 22 jul. 2021.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

BARBOSA, et al. Notas sobre as contrarreformas empresariais da educação no contexto de covid-19: o “choque” da Educação a Distância. In: SILVA, J. A. A.; SILVA, K. N. P. (orgs.) **Cadernos da pandemia: problematizando a educação em tempos de isolamento social**. Curitiba: CRV, 2021. 132p.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1988.

BRAGA, R. **A rebeldia do precariado**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

BRASIL, **Decreto Nº 9.057, DE 25 DE MAIO DE 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em: 21 maio 2021.

BRASIL, **Lei Nº 14.040, de 18 de agosto de 2020**. Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.040-de-18-de-agosto-de-2020-272981525>. Acesso em: 21 maio 2021.

BRASIL, **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 21 mai 2021.

BRASIL. Conselho Nacional dos Secretários de Saúde. **Painel CONASS COVID-19**. Brasília: CONASS, 30 de abril 2021. Disponível em: <https://www.conass.org.br/painelconasscovid19/>. Acesso em: 30 abr. 2021.

CALAIS, B. Brasil tem 10 novos bilionários no ranking de 2021. **Forbes**, [S. l.], 10 abr. 2021. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2021/04/brasil-tem-10-novosbilionarios-no-ranking-de-2021>. Acesso em: 25 abr. 2021.

CASTELO, R. Cortar ou não cortar, eis a questão. Crise orgânica, tensões no bloco social dominante e ajustes na austeridade fiscal. In: LOLE, Ana; STAMPA, Inez;

GOMES, Rodrigo Lima Ribeiro. **Para além da quarentena: reflexões sobre crise e pandemia.** Mórula Editorial, 2020.

COLEMARX - Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação. **Em defesa da educação pública comprometida com a igualdade social:** porque os trabalhadores não devem aceitar aulas remotas. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2020.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo.** São Paulo: Boitempo editorial, 2017.

EVANGELISTA, O. et al. **Desventuras dos professores na formação para o capital.** Florianópolis: Mercado de Letras, 2019.

EVANGELISTA, O. Faces da tragédia docente no Brasil. In SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE LA RED ESTRADO, 11., 2016, Cidade do México. **Anais** [...].Cidade do México: Universidad Pedagógica Nacional, 2016.Disponível em: <http://redeestrado.org/xi_seminario/index.html. Acesso: 16 abr. 2020.

FERNANDES, F. Para o sociólogo, não existe neutralidade possível: o intelectual deve optar entre o compromisso com os exploradores ou com os explorados. **Leia**, São Paulo, v. 7, n. 96, p. 25, 1986.

FONTES, V. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. **Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx**, [S. l.~], v. 5, n. 8, p. 45-67, 2017.

FREITAS, L. C. Escolas aprisionadas em uma democracia aprisionada: anotações para uma resistência propositiva. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 18, n. 4, p. 906-926, 2018.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação:** nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, G. A produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói-RJ, v. 13, n. 20, 2015.

FRIGOTTO, G. Pandemia, mercantilização da educação e resistências populares. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 13, n. 1, p. 636-652, 2021. ISSN: 2175-5604.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas SA, 2008.

KRAWCZYK, N. As falácias da Educação à Distância se alastram com (e como) o Covid19. **Carta Maior**, [S. l.], v. 31, n. 5, 2020. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FEducacao%2FAs-falacias-da->

Educacao-a-Distancia-se-alastram-com-e-com-o-Covid19%2F54%2F47657.
Acesso em: 22 de maio 2021.

LEHER, R. Estado, Reforma Administrativa e mercantilização da educação e das políticas sociais. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 13, n. 1, p. 9-29, 2021.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MELIM, J. I.; MORAES, L. C. G. Projeto neoliberal, ensino remoto e pandemia: professores entre o luto e a luta. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 13, n. 1, p. 198-225, 2021.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOTTA, V.; EVANGELISTA, O.; CASTELO, R. Determinações do capital, empresariamento e educação pública no Brasil. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 13, n. 1, p. 1-8, 2021.

OLIVEIRA, D. A.; PEREIRA JUNIOR, E. A. Trabalho docente em tempos de pandemia: mais um retrato da desigualdade educacional brasileira. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 719-734, 2020.

OLIVEIRA, M. S. **Não é apenas um “ensinozinho remoto” é um projeto do capital!** Disponível em: <<https://contrapoder.net/colunas/a-pandemia-do-ensino-remoto/>> Acesso: 10 nov. 2020.

PAULO NETTO, J. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressao Popular, 2011. 64 p.

SARAIVA, K.; TRAVERSINI, C. S.; LOCKMANN, K. A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente. **Práxis educativa**. Ponta Grossa-PR, v. 15, e2016289, p. 1-24, 2020.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2014.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, pág. 152-165, 2007.

SILVA, A. M. Da uberização à youtuberização: a precarização do trabalho docente em tempos de pandemia. **Revista Trabalho, Política e Sociedade**, Nova Iguaçu, v. 5, n. 9, p. 587-610, 2020.

SILVA, et al. Educação Para Além do Fetichismo da Tecnologia. In: In: SILVA, J. A. A.; SILVA, K. N. P. (orgs.) **Cadernos da pandemia: problematizando a educação em tempos de isolamento social**. Curitiba: CRV, 2021. 132p.

SILVA, et al. Ensino Remoto durante a pandemia de covid-19: Home Office, Plataformas Virtuais e flexibilização da formação e do trabalho docente. In: SILVA, J. A. A.; SILVA, K. N. P. (orgs.) **Cadernos da pandemia: problematizando a educação em tempos de isolamento social**. Curitiba: CRV, 2021

SILVA, J. A. A. **EAD, ensino remoto e a espoliação da Educação**. Política Educacional em Debate – **Blog do Jamerson Silva**, Janeiro de 2019. Disponível em: <https://blogdejamerson.blogspot.com/2019/01/por-que-ampliacao-da-educacao-distancia.html>. Acesso em: 12 jan. 2021.

SIQUEIRA, R. M.; DOURADO, L. F. Trabalho e formação de professores/as: retrocessos e perdas em tempos de pandemia. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 842-857, 2020.